



# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 41 /2009

"Dispõe sobre benefícios eventuais a serem concedidos às famílias carentes do Município de Guanhanes".

O Prefeito Municipal de Guanhanes - Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social -- SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Parágrafo único. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

Art. 2º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Parágrafo único: Serão computados para cálculo da renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família.

Art. 3º O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva de assistência social, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

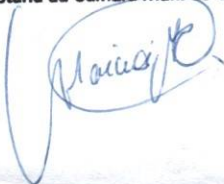
Art. 4º O auxílio-natalidade deverá ser concedido às famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente no país.

Art. 5º O benefício natalidade será na forma de bens de consumo e consistirá no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios para alimentação e de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

**RECEBI**

Data: 01/10/09 Hora: 14:55

**Márcia Aparecida Guimarães**  
Secretária da Câmara Mun. de Guanhães





# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º A identificação dos bens de consumo mencionados no caput deste artigo, bem como a quantidade e periodicidade da prestação serão definidas na forma do art. 11 desta Lei.

§ 2º O requerimento do benefício natalidade deve ser realizado até 90 (noventa) dias após o nascimento, sob pena de não concessão.

§ 3º O benefício natalidade deve ser entregue até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 6º O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva de assistência social, por uma única parcela, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 7º O auxílio-funeral deverá ser concedido às famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo vigente no país.

Art. 8º O benefício funeral consistirá no custeio de despesas de urna funerária, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 1º A identificação dos bens e serviços previstos no caput deste artigo será definida na forma do art. 11 desta Lei.

§ 2º O benefício, requerido em caso de morte, deve ser prestado imediatamente, por intermédio de unidade de atendimento, para o requerimento e concessão do benefício funeral, podendo este ser prestado diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente.

§ 3º Em caso de ressarcimento de despesas, a família pode requerer o benefício até 30 (trinta) dias após o funeral, sob pena de não concessão.

§ 4º O benefício funeral, em caso de ressarcimento, deve ser pago até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art. 9º Os benefícios natalidade e funeral serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 10 Os benefícios natalidade e funeral podem ser concedidos diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoas autorizadas, mediante procuração.





# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 11 O Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistncia Social estabelecer, no prazo mximo de 90 (noventa) dias a contar da publicao desta Lei, as instrues necessrias a operacionalizao da concessao dos benefcios contidos nesta Lei.

Pargrafo nico. O ato normativo de que trata o caput deste artigo, para acorrer as despesas desta Lei, dever obedecer a previso oramntaria constante do Oramento Municipal.

Art. 12 Compete ao Conselho Municipal de Assistncia Social fornecer ao Municpio informaes sobre irregularidades na aplicao do regulamento dos benefcios eventuais, avaliar e reformular se necessrio, at 05 (cinco) meses antes do encerramento do exercicio financeiro, a regulamentao de concessao e valor dos benefcios natalidade e funeral.

§ 1º No sendo apresentada a avaliao ou a reformulao na data prevista no caput, o Conselho Municipal de Assistncia Social somente poder faz-las no exercicio seguinte.

§ 2º As propostas de reformulao ou reavaliacao previstas no caput devero observar o paragrafo nico do art. 11 desta Lei.

Art. 13 Os benefcios de que trata a presente lei, devero ser implementados de acordo com as determinacoes do Decreto n 6.307 de 14/12/2007 e da Resoluo n 212 de 19 de dezembro de 2006, do Conselho Estadual de Assistncia Social - CEAS.

Art. 14 A Secretaria Municipal de Assistncia Social deve promover agoes que garantam a ampla e periodica divulgacao dos benefcios eventuais e dos criterios para sua concessao, observando para tanto o art. 37, § 1º da CRF/88.

Art. 15 Serao excluidos automaticamente do beneficio concedido por esta lei, o beneficiario que prestar declaracoes falsas ou de qualquer meio ilcito para obtengao de vantagens.

Art. 16 Os benefcios de vulnerabilidade temporaria envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadaos e pode se apresentar de diferentes formas e produzir diversos padecimentos.

I - advento de riscos, perdas e danos a integridade pessoal e familiar e pode decorrer de:

a) Falta de acesso a condicoes e meios para suprir a reproducao social cotidiana do solicitante e de sua familia, principalmente a de alimentar;

b) falta de documentacao;



# Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

e) falta de domicilio;

d) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;

e) perda circunstâncias decorrente da ruptura de vínculo familiar;

f) presença de violência física ou sexual na família ou situações de ameaça à vida;

g) por situações de desastres ou calamidades públicas;

h) outras situações identificadas pelo Serviço de Assistência Social Municipal, que comprometam a sobrevivência.

Art. 17 – Atendimento a situação de calamidade pública.

Parágrafo único: Reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas e altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.

Art. 18 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária, constante do Orçamento Municipal.

Art. 19 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Guanhanes/MG, aos 24 de setembro de 2009.

  
OSVALDO CASTRO PINTO

Prefeito Municipal



Aprovado em 19 discussão  
Sala das sessões 03/11/09

[Assinatura]  
PRESIDENTE

A SANÇÃO

Sala das sessões 04/11/09

[Assinatura]  
PRESIDENTE

APROVADO

03/11/09

[Assinatura]

PARECER DA COMISSÃO DE  
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Analisando o Projeto de lei nº 41, 2009  
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e  
devolvemos nesta data, Sala das Sessões, C.M.C.  
aos 03 novembro, 2009

PRESIDENTE [Assinatura]

1º MEMBRO [Assinatura]

2º MEMBRO [Assinatura]

COM EMENDAS

PARECER DA COMISSÃO DE  
FINANÇAS, ORÇ, TOMADA DE CONTAS

Analisando o Projeto de lei nº 41, 2009  
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO, e  
devolvemos nesta data, Sala das Sessões, C.M.C.  
aos 03 novembro, 2009

PRESIDENTE [Assinatura]

1º MEMBRO [Assinatura]

2º MEMBRO [Assinatura]

COM EMENDAS



# Prefeitura Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

## JUSTIFICATIVA

Apresentamos para apreciação desta Egrégia Casa Legislativa, projeto de suma importância para o desenvolvimento social da população do nosso Município, que dispõe sobre benefícios eventuais a serem concedidos às famílias carentes do Município de Guanhões.

Este Projeto de Lei se faz necessário para que o Município cumpra com o que está disposto na Lei nº 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e no Decreto nº 6.307/2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais.

Portanto é de grande relevância que o Município regule sobre os benefícios eventuais, conforme exigências do Governo Federal e do Governo Estadual.

Lembramos que todos os benefícios eventuais serão acompanhados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em conformidade com a Lei Federal, estadual e Municipal.

Diante do acima exposto, rogamos ao necessário empenho de Vossa Excelência e dos demais Edis desta laboriosa Casa Legislativa na aprovação da presente propositura.

Cordialmente

Guanhões, 30 de setembro de 2009.

  
OSVALDO CASTRO PINTO  
Prefeito Municipal